



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Curso de Pós-graduação Lato-Sensu em
Engenharia Sanitária e Ambiental



Legislação Ambiental

Prof. Luiz Carlos De Martini Junior

2025

Polícia não tem pista de estupradores

■ A polícia ainda não tem pista para identificar os autores de um crime sexual que aconteceu no domingo em uma casa localizada no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro. O crime aconteceu por volta das 22h30, quando um homem de 35 anos, conhecido como "Beto", foi encontrado morto em sua casa. O crime foi registrado por um policial que estava de plantão. A polícia não tem pista para identificar os autores do crime. **Página 24**

Santander compra Banco Banesa Simoesen

■ O Banco Santander Brasil anunciou ontem a aquisição do Banesa Simoesen, o maior banco privado do Brasil. A aquisição foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Caf) e pelo Conselho Administrativo de Recursos Econômicos (Cae). O Santander pagará R\$ 1,5 bilhão para adquirir o Banesa Simoesen. **Página 27**

Vésper entra em operação no Rio dia 22

■ O Vespertim, o novo jornal da Rede Globo, entrará em operação no Rio de Janeiro no dia 22 de janeiro. O jornal será o primeiro da rede a ser lançado no Rio. O Vespertim será o primeiro jornal da rede a ser lançado no Rio. **Página 28**

Armas legais são usadas em crimes

■ Uma nova análise estatística feita pelo Departamento de Polícia Criminal do Rio de Janeiro mostrou que as armas legais são usadas em crimes. A análise foi feita com base em dados coletados durante o ano de 1999. **Página 28**

Petrobras responderá por crime ambiental

Ecosistema vai levar de 5 a 10 anos para se recuperar



Um dos mortos encontrados na praia de Botafogo, no Rio de Janeiro, após o vazamento de petróleo da Petrobras.

■ A Petrobras vai responder por um crime ambiental após o vazamento de petróleo no litoral do Rio de Janeiro. O vazamento aconteceu no domingo, quando um navio da empresa vazou petróleo no litoral do Rio de Janeiro. O vazamento aconteceu no domingo, quando um navio da empresa vazou petróleo no litoral do Rio de Janeiro. **Página 18 e 19**

Reforma do Judiciário é aprovada

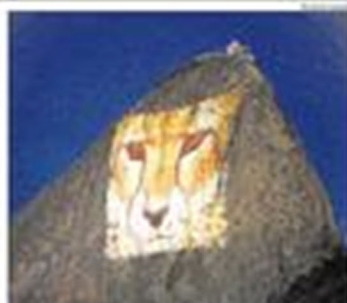
■ A Câmara dos Deputados aprovou ontem a reforma do Judiciário. A reforma foi aprovada por 317 votos a favor e 132 votos contra. A reforma prevê a criação de um Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para controlar o Poder Judiciário. **Página 18**

Dez gazeteiros podem ter jeton cortado

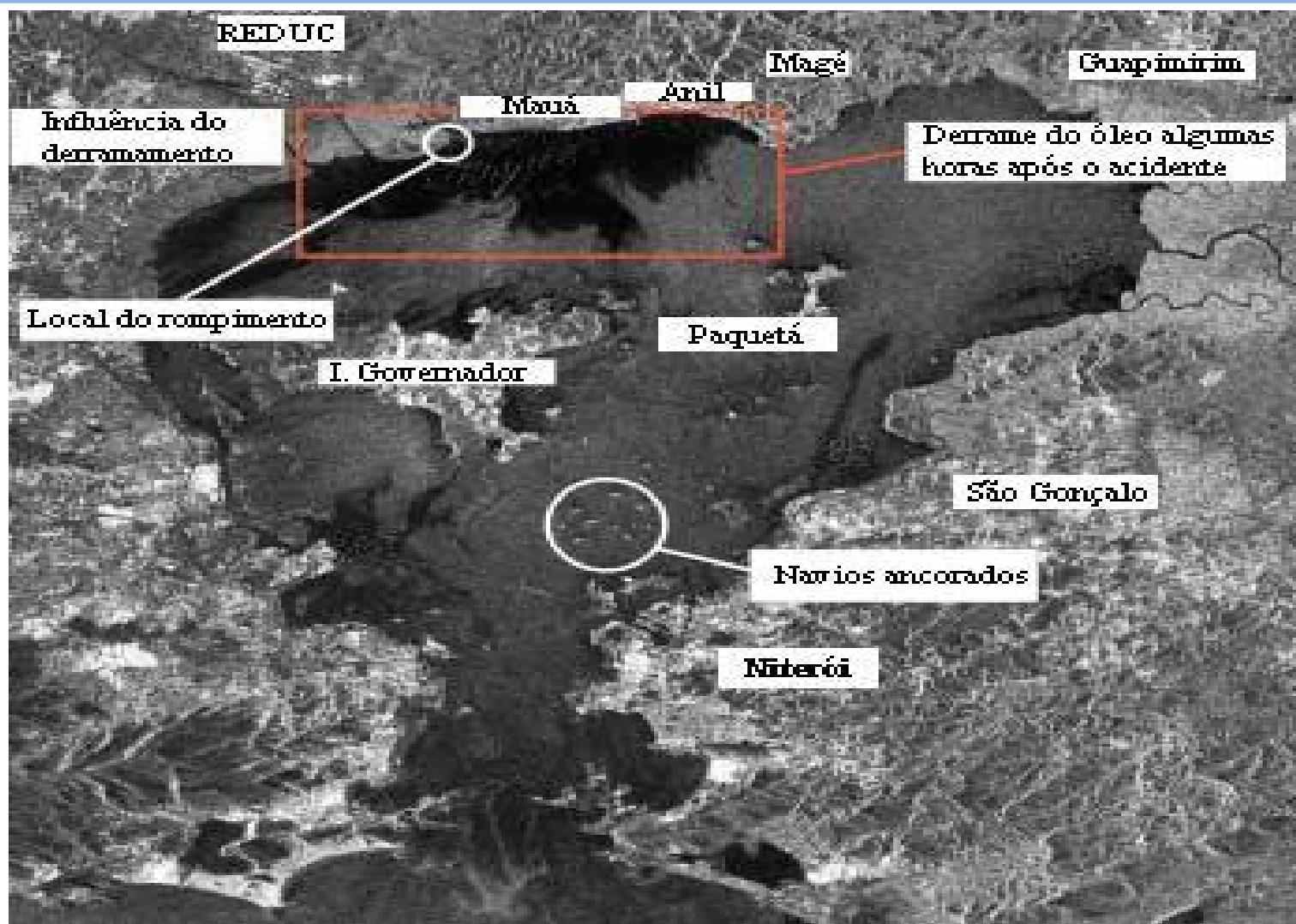
■ Dez gazeteiros do jornal O Globo podem ter o jeton cortado por não terem entregue o jornal no prazo. Os gazeteiros são: João, José, Antônio, Carlos, Roberto, Marcos, Paulo, Sérgio, Ricardo e Fernando. **Página 18**

Renda média do trabalhador caiu 5,3%

■ A renda média do trabalhador brasileiro caiu 5,3% em 1999, segundo o IBGE. A queda foi causada pela queda dos salários e pela inflação. **Página 18**



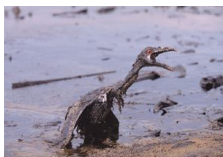
19/1/2000



Característica de emergência disruptiva:

ACELERA PROCESSOS HISTÓRICOS





**Acidente Baía de
Guanabara
18/1/2000**

**Res.
CONAMA
265,
27/1/2000**



RESOLUÇÃO Nº 265, DE 27 DE JANEIRO DE 2000.

...

Considerando a necessidade de serem estabelecidas estratégias seguras de prevenção e gestão de impactos ambientais gerados por estabelecimentos, atividades e instalações de petróleo e derivados no País;

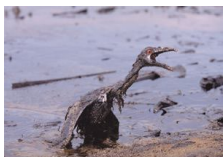
Considerando **a necessidade de colher lições do grave derramamento de óleo ocorrido na Baía de Guanabara nos últimos dias**, assim como de contribuir para a eficácia das medidas de recuperação adotadas por entidades governamentais e não-governamentais;

...

Art. 1º Determinar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente-IBAMA e aos órgãos estaduais de meio ambiente, com o acompanhamento dos órgãos municipais de meio ambiente **e entidades ambientalistas não governamentais**, a avaliação, no prazo de 240 dias, sob a supervisão do Ministério do Meio Ambiente, das **ações de controle e prevenção e do processo de licenciamento ambiental das instalações industriais de petróleo e derivados** localizadas no território nacional.

...

Art. 3º A -Petrobrás **e as demais empresas com atividades na área de petróleo e derivados** deverão apresentar para análise e deliberação do CONAMA, no prazo máximo de 180 dias, programa de trabalho e respectivo cronograma para a **realização de auditorias ambientais** independentes em suas instalações industriais de petróleo e derivados localizadas no território nacional.



**Acidente Baía de
Guanabara
18/1/2000**

**Lei 9966,
28/4/2000
Lei do
Óleo**

**Res.
CONAMA
265,
27/1/2000**



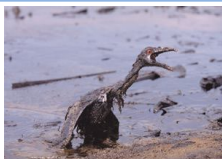
LEI N° 9.966, de 28/04/2000

Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada **por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas** sob jurisdição nacional e dá outras providências.

Art. 1º - Esta Lei estabelece os princípios básicos a serem obedecidos na movimentação de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em **portos organizados, instalações portuárias, plataformas e navios em águas sob jurisdição nacional.**



Art. 9º As entidades exploradoras de portos organizados e instalações portuárias e os proprietários ou operadores de plataformas e suas instalações de apoio deverão realizar auditorias ambientais bienais, independentes, com o objetivo de avaliar os sistemas de gestão e controle ambiental em suas unidades.



**Acidente
Baía de
Guanabara.
18/1/2000**

**Lei 9966,
28/4/2000
Lei do
Óleo**

**Res.
CONAMA
265,
27/1/2000**

**Decreto
4136,
20/2/2002**



DECRETO Nº 4.136, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2002

Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, e dá outras providências.

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são estabelecidas as seguintes definições:

XXIII - auditoria ambiental: é o instrumento pelo qual se avalia os sistemas de gestão e controle ambiental em porto organizado, instalação portuária, plataforma e suas instalações de apoio e dutos, a ser realizada por órgão ou setor que não esteja sendo objeto da própria auditoria, ou por terceira parte; e



Art. 16º Deixarem as entidades exploradoras de portos organizados e instalações portuárias e operadores de plataformas de realizar auditorias ambientais independentes bienais, para avaliação dos sistemas de gestão e controle ambiental em suas unidades, a partir de dezoito meses da entrada em vigor deste Decreto:

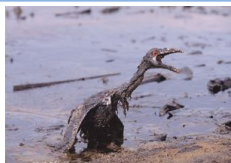
Penalidade: multa do Grupo H

ANEXO I

Valores das multas por grupos

Grupo H: R\$ 7.000,00 a R\$ 700.000,00

agosto de 2003



**Acidente
Baía de
Guanabara.
18/1/2000**

**Lei 9966,
28/4/2000
Lei do
Óleo**

**Res.
CONAMA
306,
5/7/2002**

**Res.
CONAMA
265,
27/1/2000**

**Decreto
4136,
20/2/2002**



RESOLUÇÃO CONAMA 306/2002

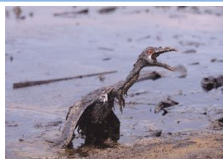
Publicada DOU 19/07/2002.

Estabelece os requisitos mínimos e o termo de referência para realização de auditorias ambientais.

• Considerando a necessidade de orientar o disposto na Resolução CONAMA nº 265, de 27 de janeiro de 2000, no que se refere a auditorias ambientais;

Considerando a necessidade de disciplinar o atendimento ao art. 9º, da Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, que trata da obrigatoriedade da realização de auditorias ambientais independentes, resolve:

Art. 1º Estabelecer os requisitos mínimos e o termo de referência para realização de auditorias ambientais, objetivando avaliar os sistemas de gestão e controle ambiental nos portos organizados e instalações portuárias, plataformas e suas instalações de apoio e refinarias tendo em vista o cumprimento da legislação ambiental vigente* e do licenciamento ambiental.



**Acidente
Baía de
Guanabara.
19/1/2000**

**Lei 9966,
28/4/2000
Lei do
Óleo**

**Res.
CONAMA
306,
5/7/2002**

**Res.
CONAMA
265,
27/1/2000**

**Decreto
4136,
20/2/2002**

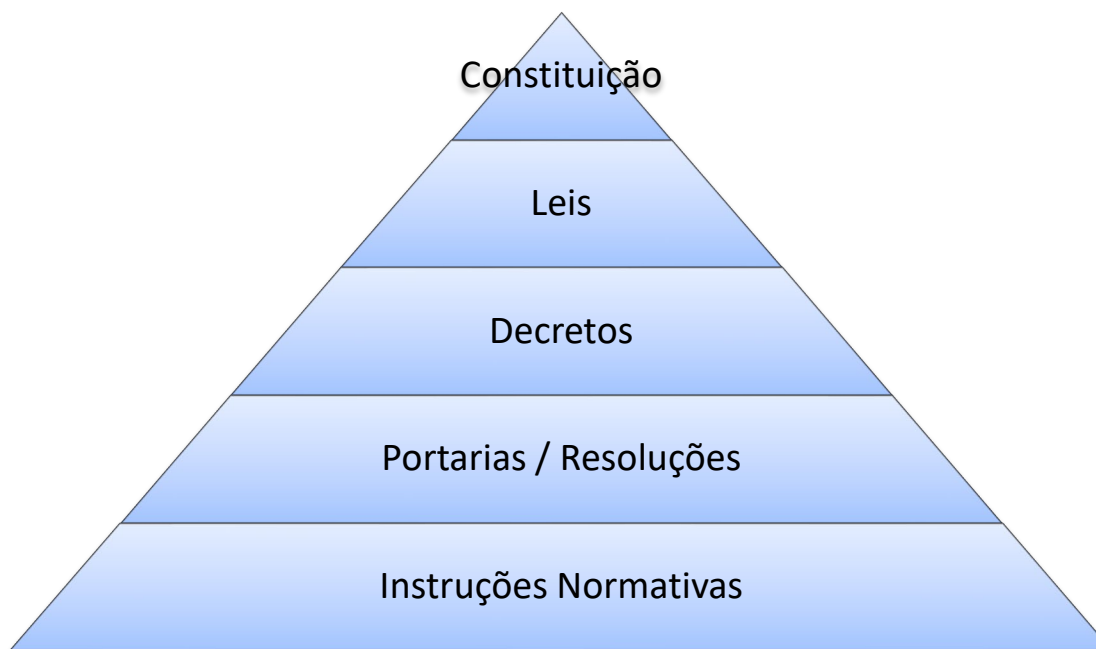
**Res.
CONAMA
293,
14/9/2002**

PEI
**Plano de Emergência
Individual**
Revogada pela Res.
CONAMA 398



A opinião pública pode exercer um papel decisivo na melhoria do desempenho ambiental porque impulsiona a política pública, que por sua vez impulsiona a criação de legislação específica.

HIERARQUIA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA BÁSICA





A legislação pode ser regulamentada a nível federal, estadual e municipal.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL - A lei maior do país. Complexo de normas jurídicas fundamentais.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL - Cada unidade da federação tem a sua. As Constituições Estaduais repetem os princípios e as regras estabelecidas na Constituição Federal, acrescentando normas sobre aspectos peculiares a cada Estado ou interesses específicos de cada unidade federativa, além de criarem áreas de proteção ambiental especial.

LEI ORGÂNICA - Um tipo de Constituição Municipal. Cada município tem a sua. Segue as Constituições Federal e Estadual nos aspectos de proteção ambiental, em especial aos interesses locais e peculiares.



LEI - Dispositivo legal elaborado e votado pelo Poder Legislativo, podendo ser federal, estadual e municipal. As leis ordinárias detalham o que a Constituição garante enquanto princípio geral.

DECRETO - Ato administrativo de competência exclusiva dos Chefes do Executivo, destinados a prover situações gerais ou individuais, abstratamente previstas por legislação. Ou seja, é um instrumento legal que regulamenta uma lei, podendo ser federal, estadual e municipal.

RESOLUÇÃO - Ato administrativo normativo expedido pelas altas autoridades do Executivo (mas não pelo Chefe do Executivo que só deve expedir decretos) ou pelos presidentes de tribunais e órgãos legislativos, para disciplinar matéria acerca de aplicação de leis ou regulamentos ou qualquer determinação de sua competência.

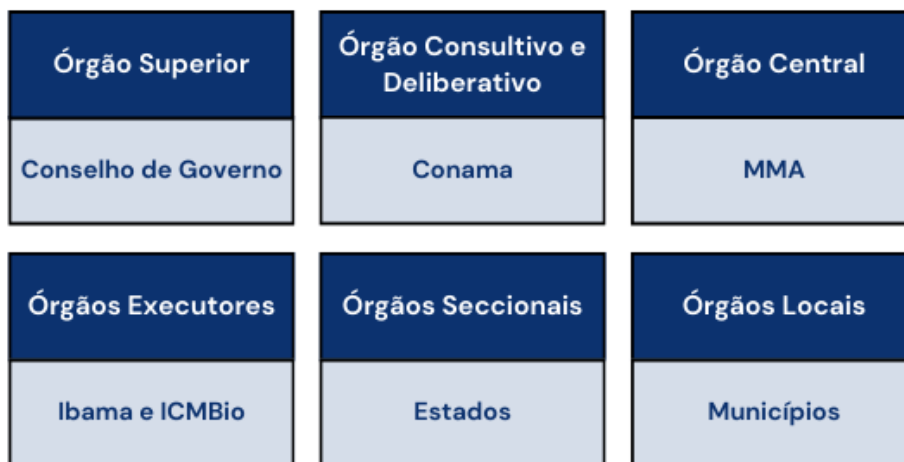
PORTARIA - Atos administrativos de competência das chefias.

Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA



O **SISNAMA** foi instituído pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente) e é constituído pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.

O Sisnama



Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA



O **SISNAMA** é composto por:

Órgão superior: o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais;

Órgão consultivo e deliberativo: o **Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)**, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;

Órgão central: o **Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente;

Continuação

Órgãos executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (**IBAMA**) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (**ICMBio**), com a finalidade de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências;

Órgãos Seccionais: os **órgãos ou entidades estaduais** responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental;

Órgãos Locais: os **órgãos ou entidades municipais**, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições.

Tema para discussão

Por que alguns diplomas legais são cumpridos e outros são ignorados?